



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
Estado de São Paulo



ANEXO IV
MINUTO DO CONTRATO

CONTRATO n° ____/____

PROCESSO PMB n.º 29.644/2025 **Concorrência** n.º 022/2025

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE BOTUCATU

CONCESSIONÁRIO(A):

OBJETO: CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTADIA EM PÁTIO DE VEÍCULOS, CONFORME CONVÊNIO DETRAN-SP Nº 35/2025.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOTUCATU**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 46.634.10110001-15, com sede na Praça Prof. Pedro Torres, 100, Centro, Botucatu/SP, neste ato representado pelo Secretário Municipal de, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº., sediada na, representada por seu representante legal (qualificação completa, RG e CPF), doravante denominado simplesmente **CONCESSIONÁRIO(A)**, de acordo com **os elementos constantes na Concorrência nº. 022/2025 – Processo Administrativo nº. 29.644/2025**, e ainda com fundamento na Lei Municipal nº 3.388, de 06 de dezembro de 1994, pelo Decreto nº 11.841/2019 e subsidiariamente, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais legislação aplicável, têm entre si como justo e contratado o objeto do presente instrumento que regerá pelas disposições do edital e seus anexos, da proposta de preços e das cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTADIA EM PÁTIO DE VEÍCULOS, CONFORME CONVÊNIO DETRAN-SP Nº 35/2025, conforme descrito no Edital e no Termo de Referência.

1.2. A presente concessão é realizada em conformidade com o resultado da Concorrência Pública nº 022/2025 – Processo 29.644/225, que passa a fazer parte integrante do presente independentemente de transcrição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
Estado de São Paulo



2. CLAUSULA SEGUNDA – OUTORGA MENSAL

2.1. A título da concessão, o CONCESSIONÁRIO(A) pagará outorga mensal ao Poder Público Municipal no importe de ____% da renda bruta mensal, cujos valores estimados com base no Plano de Negócios seguem abaixo descritos:

| Valores Estimados com Bse no Plano de Negócios da Contratada | | | | |
|--|--|---|-----------------------|----------------------|
| Item | Descritivo | Percentual sobre a receita bruta mensal Proposto para Outorga | Valor mensal estimado | Valor anual estimado |
| 01 | CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTADIA EM PÁTIO DE VEÍCULOS, CONFORME CONVÊNIO DETRAN-SP Nº 35/2025 | ____ % | | |

2.2. Os valores acima são meras estimativas com base no Plano de Negócios apresentado pela Contratada, porém os pagamentos se darão com base na receita bruta real e calculados mês a mês.

2.3. A outorga mensal a que se refere esta cláusula deverá ser pago a favor do CONCEDENTE, até o **5º dia útil subsequente ao mês de vencido**;

2.4. Pelo atraso no pagamento do valor disposto nesta cláusula ao CONCESSIONÁRIO(A) acarretará **multa de 10% sobre o respectivo valor**;

2.5. Sem prejuízo à multa prevista nesta cláusula sobre o pagamento em atraso se incidirá juros de mora de 0,5% a.m. e correção monetária que se dará pelo índice do IGP-M/FGV, ou outro que venha a substituí-lo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E OCUPAÇÃO

3.1. A presente concessão vigorará pelo prazo de **05 (CINCO) anos**, contados da data de assinatura do presente contrato.

3.3. O prazo de implantação e início dos serviços será de até **90 (noventa) dias corridos** contados da data de assinatura do contrato, sob as penas deste contrato.

3.4. No prazo estipulado para implantação e início dos serviços o CONCESSIONÁRIO(A), deverá apresentar a área devidamente equipada com todas as exigências do Edital e seus anexo, para aprovação do poder CONCEDENTE, através do fiscal do contrato, que emitirá a Ordem de Início dos Serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
Estado de São Paulo



3.4.1. Somente com a aprovação descrita neste item o CONCESSIONÁRIO(O), poderá dar início aos serviços.

3.4.2. Caso o fiscal do contrato observe que o CONCESSIONÁRIO(O), não atendeu qualquer requisito do edital, poderá a seu critério dar aceite parcial para início dos serviços, condicionando a correção dos itens que apontar em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, sob pena de rescisão e/ou caducidade da concessão.

3.4.3. Não cabe aceite parcial quando o problema identificado for área menor que o tamanho exigido no edital. Nesse caso o fiscal do contrato deverá recusar por inteiro não permitindo o início dos serviços.

4. CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE:

4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIO(A), de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

4.4. Notificar a CONCESSIONÁRIO(A), por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

4.5. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

4.6. Estar disponível, dentro do horário de atendimento, para qualquer solicitação de interação da Contratada.

4.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.7.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONCESSIONÁRIO(A) no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

4.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONCESSIONÁRIO(A) com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem



como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONCESSIONÁRIO(A), de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO(A):

5.1. Além das obrigações previstas em lei, e daquelas descritas no Termo de Referência o CONCESSIONÁRIO(A) deverá:

5.1.1. Apresentar mensalmente o valor total arrecadado;

5.1.2. Manter domicílio administrativo no Município de Botucatu-SP nomeando preposto para receber citações, intimações e notificações decorrentes deste contrato.

5.1.3. Zelar pela guarda e conservação dos veículos, preservando sua condição e estado de acordo com o relatório elaborado por ocasião da remoção, mantendo os veículos fechados até a sua efetiva retirada ou sua transferência para a CONCEDENTE, arcando integralmente com todas e quaisquer despesas necessárias a reparar eventuais danos causados, salvo desgastes ou depreciação de natureza temporal e natural/natural de conservação conforme especificações do processo licitatório.

5.1.4. Responder civil e criminalmente pela guarda e conservação do veículo removido durante o período em que estiver sob sua custódia, respondendo pelos custos e decorrências de eventual liberação indevida;

5.1.5. O CONCESSIONÁRIO(A) será integralmente responsável pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como pelo pagamento de benefícios devidos a seus funcionários por ocasião da Convenção Coletiva de Trabalho do sindicato a que pertencerem e outros que resultem de compromissos assumidos para a devida prestação de serviços, não cabendo à CONCEDENTE qualquer responsabilidade;

5.1.6. Responder civil e criminalmente pela utilização inadequada de informações referentes ao veículo e ao seu proprietário, bem como pela reprodução, divulgação ou utilização em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações que tenha conhecimento em razão da execução dos serviços, sem o consentimento prévio e expresso da CONCEDENTE;

5.1.7. Manter sob sua custódia até a liberação do veículo, toda a documentação física relativa à remoção e liberação e, após sua liberação os documentos deverão ser enviados à CONCEDENTE para arquivamento;

5.1.8. Prestar ao proprietário do veículo ou seu representante legal, todos os esclarecimentos relativos à remoção e liberação de veículos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
Estado de São Paulo



5.1.9. Manter em perfeito estado de conservação e segurança todos os guinchos, inclusive os equipamentos obrigatórios, podendo a CONCEDENTE, sempre que julgar necessário, exigir a sua substituição;

5.1.10. Contratar profissionais para execução das atividades, com formação e experiência compatíveis com as funções a serem desenvolvidas, observando o atendimento a requisitos legais incidentes, bem como os exigidos pela CONCEDENTE, comprovando a qualquer tempo, os vínculos empregatícios mantidos com seus empregados, mediante exibição dos documentos pertinentes;

5.1.11. Designar para a condução dos guinchos, motoristas/operadores devidamente habilitados e uniformizados;

5.1.12. Substituir imediatamente qualquer motorista/operador de guincho ou outro profissional, considerado inconveniente ou inapto à prestação do serviço, a critério da CONCEDENTE;

5.1.13. Fornecer a todos os seus colaboradores, os equipamentos de segurança individual, uniformes e dispositivo de identificação, de uso obrigatório durante a prestação dos serviços;

5.1.14. Comunicar imediatamente a CONCEDENTE a ocorrência de qualquer anomalia ou irregularidade na execução dos serviços, sendo que essa comunicação não eximirá a CONCESSIONÁRIA de qualquer responsabilidade;

5.1.15. Fornecer toda mão-de-obra, ferramentas, aparelhos, equipamentos, mobiliário e materiais necessários à execução do objeto licitado;

5.1.16. Cumprir procedimentos estabelecidos pela CONCEDENTE pertinentes à execução dos serviços;

5.1.17. Manter durante todo o contrato as condições de habilitação exigidas na Licitação que originou o presente contrato.

5.1.18. Apresentar à CONCEDENTE, quando solicitado, a Regularidade com o INSS e FGTS, apresentando para tanto os comprovantes de recolhimentos, relação de funcionários com suas respectivas folhas de ponto e folha de pagamento.

5.1.19. Respeitar integralmente as condições previstas no Termo de Concessão, bem como no edital da Licitação e Termo de Referência que originaram o presente termo, sob pena de rescisão/caducidade da concessão.

6. CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

6.1. São direitos e deveres dos usuários:



- 6.1.1. receber serviço adequado;
- 6.1.2. receber da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- 6.1.3. obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do poder concedente;
- 6.1.4. levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- 6.1.5. comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

7.1. Perderá o direito a contratação, a adjudicatária que deixar de atender a convocação, para assinatura do contrato, ficando sujeita a multa de 20% (vinte por cento) do valor total estimado de investimentos.

7.2. Garantida a defesa prévia, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado, sujeitará a Concessionária, sem prejuízo da rescisão do contrato/ caducidade, às penalidades seguintes:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.2.1. A advertência poderá ser aplicada quando ocorrer:

I - descumprimento das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos ao CONCEDENTE.

II - execução e/ou fornecimento insatisfatório ou pequenos transtornos causados no decorrer da contratação, desde que sua gravidade não recomende a aplicação das demais sanções

7.2.2. A Concessionária ficará sujeita às multas seguintes:

I - 30% (trinta por cento) do valor total estimado de investimentos, em caso de inadimplemento total do ajustado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
Estado de São Paulo



II - 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor total estimado de investimentos, na hipótese de atraso injustificado para o início da prestação dos serviços até o limite de 20 (vinte) dias que, uma vez atingido, a Concedente poderá decidir pela rescisão contratual;

III - no caso de descumprimento de qualquer cláusula do Termo de Concessão ou qualquer obrigação que não incida em inexecução total, a Concessionária ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado de investimentos;

7.2.2.1 As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação de outras.

7.2.2.3. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, não terão caráter compensatório e sua cobrança não exime a Concessionária do pagamento de indenização por perdas e danos que eventualmente venha a dar causa.

7.2.2.4. Julgadas devidas as multas, garantindo-se a Concessionária o direito de defesa, a mesma será notificada a efetuar o recolhimento da multa junto ao CONCEDENTE.

7.2.2.5. Na ausência ou insuficiência do pagamento das multas e/ou do ressarcimento de qualquer prejuízo causado pela Concessionária ao CONCEDENTE, os valores correspondentes serão descontados da garantia do Termo de Concessão e ainda, persistindo a insuficiência serão cobrados diretamente ou judicialmente.

7.2.3. O impedimento de licitar e contratar será aplicado quando:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado

7.2.4. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada quando:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
Estado de São Paulo



III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.3. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, cujos tramites e prazos respeitarão o previsto na Lei 14.133/21.

8. CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

8.1. Extingue-se a concessão por:

I - advento do termo contratual;

II - encampação;

III - caducidade;

IV - rescisão;

V - anulação; e

VI - falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual

8.2. A Concessão poderá ser extinta a qualquer tempo, com base nos motivos e atendendo os procedimentos previstos na Lei Federal n. 8.987/95

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O gerenciamento e a fiscalização do objeto licitado serão de competência da CONCEDENTE, através do gestor e fiscal responsável.

9.2. A fiscalização citada não exclui nem tampouco minimiza a responsabilidade do CONCESSIONÁRIO(A) pela inobservância de qualquer obrigação assumida.

9.3. A Administração avaliará o desempenho do CONCESSIONÁRIO(A) conforme descrito no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA -DISPOSIÇÕES GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
Estado de São Paulo



9.1. O CONCEDENTE se reserva o direito de a qualquer tempo, fiscalizar o exato cumprimento das obrigações estabelecidas no presente Termo.

9.2. Os casos omissos serão decididos pelo poder CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Legislação Municipal e demais normas municipais aplicáveis, bem como subsidiariamente na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis.

9.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria municipal, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

9.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

10.1. Fica eleito o Foro da comarca de Botucatu - SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

MUNICÍPIO DE BOTUCATU

CONCEDENTE

CONCESSIONÁRIO(A)

Testemunhas: